

Da escassez absoluta à relativa: riqueza, crescimento e desigualdade

André Lara Resende

The book "Le Capital au XXI Siècle", by Thomas Piketty, originally published in 2013, has been translated into English in early 2014 and provoked intense debate that led it to the list of the bestselling books in the world. In collaboration with other economists including Emmanuel Saez and Anthony Atkinson, from the universities of Oxford and Berkeley, respectively, Piketty collected data covering several centuries for the United States, Japan and several European countries. The research concludes that, in recent decades, in all of them there was a concentration of income and wealth in the hands of extremely wealthy – more specifically, in the hands of those who are among the wealthiest 1%, as in the richest 0.1% and especially in the richest 0.01%. Piketty shows that it is a widespread tendency in capitalist economies and argues that, if left to run its course, it could lead us back to the pattern of distribution of wealth and social stratification of the nineteenth century. The central point of his argument is that if the net rate of return exceeds the rate of economic growth, there will be an increase in the ratio between wealth – or capital – and income. As the rate of net return on capital is higher than the growth rate of long-term income, market economies have a tendency to accumulate wealth, to have a relationship between the stock of wealth and the increasingly high income. The Piketty thesis is indisputable: the concentration of wealth in the world dropped in the middle of the twentieth century, but increased again in the last three decades.

Crescimento – um fenômeno recente

Até o início do século XVIII, praticamente não houve crescimento. A renda parece ter ficado estagnada por mais de 17 séculos, muito provavelmente, desde o início dos tempos. A partir daí, houve algum crescimento, tanto demográfico quanto da renda, ainda que modesto. Estima-se que a população mundial tenha passado a crescer a taxas em torno de 0,4% ao ano e a renda um pouco mais, o que teria levado a um ligeiro crescimento da renda *per capita*. Só no século XIX, a partir da Revolução Industrial, observa-se realmente crescimento. O crescimento demográfico sobe para 0,6% ao ano e a economia passa a crescer a taxas de 1,5%

ao ano, com a renda *per capita* crescendo quase 1% ao ano.

No século XX, o fenômeno do crescimento toma corpo. Observam-se taxas de 1,4% e 3%, ao ano, respectivamente para o crescimento da população e da renda mundial, com a renda *per capita* tendo crescido a uma taxa de 1,6% ao ano, no período entre 1913 e 2012. Nas três décadas que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial, o crescimento, tanto demográfico como da renda, chegou ao seu apogeu. Os países desenvolvidos, a Europa e os Estados Unidos, alcançam taxas de crescimento entre 3% e 4% ao ano. O crescimento transformou o mundo. A população mundial

André Lara Resende é doutor em Economia pelo MIT.

passou de menos de 500 milhões, para mais de sete bilhões de pessoas, num espaço de três séculos. Ainda assim, a taxa de crescimento demográfico foi inferior a 1% ao ano – em torno de 0,8% – desde o início do século XVIII até hoje.

Neste início de século XXI, taxas de crescimento econômico inferiores a 2% ao ano são consideradas inaceitavelmente baixas. É uma questão de perspectiva. Um por cento por um ano pode parecer pouco, mas se mantido por um longo tempo, é muito. Temos a tendência a subestimar a força de todo processo de crescimento exponencial, das taxas cumulativas compostas, durante um longo período de tempo. Taxas muito menores do que imaginamos não podem ser mantidas por um longo período de tempo, sem criar um processo explosivo e, portanto, insustentável. Uma taxa de 6% ao ano, considerada hoje apenas aceitável para os países em desenvolvimento, mantida por um século, multiplicaria a renda nacional por 340 vezes. O crescimento de 1% ao ano, se mantido por 30 anos, o espaço de uma geração, mais do que dobra a renda dos filhos em relação a de seus pais. No século XX, o crescimento da renda *per capita* dos EUA – país que mais cresceu, no século de maior crescimento de todos os tempos – foi de apenas 1,9% ao ano.

A taxa relativamente modesta de crescimento demográfico mundial, de 0,8% ao ano, dos últimos três séculos, é suficiente para mais do que dobrar o número de pessoas sobre a Terra a cada 100 anos e de multiplicá-lo por 10 a cada 300 anos. O crescimento demográfico mundial dos últimos três séculos já deu início a uma reversão. A população mundial cresce hoje a taxas muito inferiores, com sinais de que deve voltar a se estabilizar, ou até mesmo decrescer, a partir de algum momento da segunda metade do século XXI. As taxas de crescimento demográfico terão, então, completado um ciclo de aceleração e desaceleração que

levou a população mundial a saltar, de menos de 600 milhões para mais de sete bilhões de pessoas, em menos de quatro séculos.

Sem crescimento demográfico, o que esperar do crescimento da renda? Como parte do crescimento da renda é derivada do componente demográfico, seria natural que, uma vez a população estabilizada, o crescimento da renda ficasse limitado às taxas observadas para a renda *per capita*. A renda passaria, então, a crescer a uma taxa mais próxima de 2% do que dos 4%, ao ano, observados no apogeu do século XX. O crescimento da renda *per capita* dos países avançados já foi bem menor nas duas últimas décadas. A Europa cresceu 1,6%, os Estados Unidos, 1,4%, e o Japão, apenas 0,7%, ao ano, desde 1990 até hoje. Os fatos confirmam a lógica. Daqui para frente, ao menos nos países avançados, é ilusório contar com taxas de crescimento de 3% ou 4% ao ano. Uma vez interrompido o crescimento demográfico e atingida a fronteira tecnológica, será preciso contar com o avanço da tecnologia para garantir o crescimento da produção e da renda.

O modelo de referência movido a progresso tecnológico

Esta é a lição do modelo de referência do crescimento, conhecido como o modelo de Solow-Swan, em homenagem aos seus autores. Até que se tenha acumulado capital suficiente, que se tenha atingido a fronteira tecnológica, o crescimento depende da taxa de poupança e de investimento. Quanto mais se poupa e se investe, mais se cresce, mas uma vez atingida à relação capital/produto de equilíbrio de longo prazo, o crescimento se torna independente da taxa de poupança e de investimento. Passa a

depende apenas do progresso tecnológico. No modelo original, o crescimento atribuído ao progresso tecnológico é estimado por resíduo, pela parcela do crescimento que não advém nem do capital, nem do trabalho. Os estudos posteriores, que desenvolveram o modelo original, procuraram encontrar os fatores explicativos do progresso tecnológico. A maioria deles o associa primordialmente à educação – que aumentaria o que se convencionou chamar de capital humano – e à pesquisa, que aceleraria a descoberta de novas tecnologias. O debate sobre o futuro do crescimento econômico, uma vez atingida à fronteira tecnológica e estabilizada a população, gira em torno do ritmo do progresso tecnológico. A questão passaria assim da – nada trivial – tentativa de promover o crescimento, para a – ainda mais complexa – tentativa de acelerar o ritmo do progresso tecnológico.

Em trabalho recente, *Is Economic Growth Over?*, Robert G. Gordon sustenta que o crescimento econômico como o conhecemos foi um fenômeno do século XX. Só foi possível devido à Revolução Industrial do século XIX, quando o progresso tecnológico deu um salto excepcional. A máquina a vapor, a eletricidade, a água encanada e o motor a combustão, entre muitos outros produtos da Revolução Industrial, permitiram uma profunda mudança na forma de viver, na maneira de produzir e de consumir. Estimularam simultaneamente a oferta e a demanda. É possível que o progresso tecnológico mais recente, ocorrido a partir do último quarto do século XX, com a revolução da informática, embora igualmente impressionante, não tenha a mesma capacidade transformadora, que não seja capaz de aumentar a produtividade e de estimular a demanda da mesma forma que as inovações da Revolução Industrial. Os computadores e a internet deixam claro que a inventividade humana não dá sinais de arrefecer, mas os efeitos transformadores dessa inventividade

sobre a produção, o consumo e a renda, parecem não escapar à lei dos rendimentos decrescentes. A máquina a vapor, a eletricidade e a água encanada podem ser menos sofisticados, mas foram certamente mais transformadores da maneira de viver do que os maravilhosos *gadgets* da informática.

A tentativa de prever o futuro é exercício, se não necessariamente supérfluo, seguramente ingrato, mas não é preciso compartilhar do ceticismo tecnológico de Gordon para concluir que o crescimento, como conhecemos no século XX, não deverá continuar até o fim deste século XXI; basta a lógica das taxas compostas. Assim como a população mundial deverá se estabilizar dentro de algumas décadas, também o crescimento, da renda e do consumo, dá sinais de desaceleração. Embora a qualidade de vida possa continuar a melhorar, a renda como medimos, associada primordialmente à produção de bens, não poderá continuar a crescer indefinidamente.

Missão cumprida para Produto Interno Bruto

Se o crescimento é um fenômeno relativamente novo, o Produto Interno Bruto é ainda mais surpreendentemente recente. Os conceitos e as estatísticas das chamadas Contas Nacionais ainda não completaram um século, só foram criados no final dos anos 1930, mas estão por toda parte, dominam de tal forma o debate público, que é difícil imaginar a economia e a própria política sem eles. A primeira publicação de um número de PIB foi, em 1924, para a economia americana. Até então, media-se o tamanho de uma economia pelo tamanho da população.

Depois da Grande Depressão, no início dos anos 1930, o presidente Franklin Roosevelt, em busca de uma saída para a estagnação em que se encontrava o país, encarregou

o bielo-russo naturalizado americano, Simon Kuznets, posteriormente ganhador do prêmio Nobel, de construir indicadores mais confiáveis para acompanhar de perto o desempenho da economia. Entre 1931 e 1934, como diretor-pesquisador do recém-criado National Bureau of Economic Research – NBER – Kuznets coordenou o desenvolvimento e a elaboração de um sistema estatístico de acompanhamento da produção e do consumo. Sistema que ficou conhecido como o das Contas Nacionais. O mais utilizado dos seus indicadores é o Produto Interno Bruto, o hoje ubíquo PIB.

O objetivo de Kuznets era construir um indicador do nível da atividade econômica, numa época em que a economia americana, assim como todas as outras, eram essencialmente agrícolas e, em maior ou menor grau, industriais. A agricultura ainda era relevante, mas a indústria tinha assumido o papel de locomotiva da economia. O desafio a que se propôs Kuznets foi o de criar um índice capaz de acompanhar de perto a evolução da economia de sua época. Para isso, deveria ser essencialmente uma medida da produção agrícola e industrial. O objetivo era construir uma medida de tudo que fosse produzido no país durante um determinado período de tempo, daí o nome de Produto Interno. O termo “bruto” significa que é uma medida do que é produzido, sem considerar a depreciação do que foi utilizado no caminho.

Para somar tudo que fosse produzido, canhões com manteiga, alhos com bugalhos, e assim por diante, a opção de Kuznets foi a de utilizar os valores de mercados. Pode-se assim adicionar também os valores dos serviços comercialmente prestados, um setor à época menos relevante, mas ainda assim não desprezível. A soma dos valores de tudo que foi produzido num determinado período de tempo, inclusive serviços prestados, calculados a preços de mercado, é então chamado de produto – ou renda –

interno bruto. Ao utilizar preços de mercado, Kuznets, conscientemente, optou por desconsiderar tudo aquilo que não fossem transações comerciais. Desconsiderou, por exemplo, o trabalho doméstico e da criação dos filhos. Foram também desconsideradas atividades como a leitura, o estudo, o exercício físico, o lazer, a criação artística, a execução e o desfrutar da música, desde que não fossem remunerados. À época, quando as economias da fronteira tecnológica, como a americana, eram essencialmente industriais e agrícolas. Quando a produção industrial determinava o ritmo de toda a economia, a exclusão não parecia grave. O objetivo primordial era avaliar o nível da produção agrícola e industrial, a reboque do que viria todo o resto.

Apesar da opção por considerar apenas as transações de mercado, ainda restavam dificuldades metodológicas reconhecidas. Se, por exemplo, uma dona de casa decidisse nada mais fazer e contratar alguém, que não tivesse atividade remunerada, para cuidar de sua casa e dos filhos, a renda nacional medida pelo PIB aumentaria, sem que nada tivesse efetivamente mudado. Levado ao paroxismo, se todas as donas de casa fossem contratadas para tomar conta das casas de suas vizinhas e usassem o que recebessem para pagar a vizinha contratada para tomar conta da sua própria casa, a renda nacional teria um aumento expressivo.

O conceito de PIB é uma abstração, uma construção artificial, que procura somar o valor de tudo o que é produzido e todo serviço prestado comercialmente no país. É um índice da atividade econômica interna num determinado período. Como todo índice, construído para representar a soma de coisas tão diversas, o conceito de produto interno não poderia deixar de ter ambiguidades metodológicas. Sua concepção e construção exige que se façam opções necessariamente irrealistas. Como indicador da atividade, primordialmente agrícola e

industrial, numa economia avançada da primeira metade do século XX, o conceito desenvolvido por Simon Kuznets era adequado. Um indicador tão expressivo, tão bem-sucedido, que suas deficiências e ambiguidades parecem ter sido esquecidas. Citado em todas as esferas, transformado em símbolo de sucesso ou insucesso, utilizado para comparar países, representar suas relativas importâncias no mundo, motivo de orgulho ou de vergonha nacional, o PIB transformou-se numa entidade ubíqua.

No mundo de hoje, neste início do século XXI, o conceito de Produto Interno Bruto já não parece ser tão adequado à realidade contemporânea. Não faz sentido, sobretudo no papel que lhe foi atribuído na segunda metade do século XX: o de aferidor de desempenho e da qualidade de vida.

Nas economias avançadas contemporâneas, a agricultura e a indústria perderam espaço para os serviços. O dinamismo da atividade econômica não está mais na produção, mas sim na concepção. Assim como o que ocorreu na agricultura durante o século passado, o aumento da produtividade industrial agora provoca a queda dos preços dos produtos industrializados, cuja participação na renda nacional tem caído rapidamente. Produzir bens é cada dia mais fácil e mais barato. Em contrapartida, sobem os preços e a importância dos serviços, sobretudo daqueles onde a tecnologia ainda não pode substituir o ser humano, como o de uma babá carinhosa, como o da concepção dos pratos de um bom restaurante, de uma série de televisão de qualidade, ou o do desenvolvimento da própria tecnologia.

Como o PIB foi desenvolvido para medir primordialmente a atividade de produção de bens agrícolas e industriais, as enormes dificuldades de medir o setor de serviços ficaram num segundo plano. Supunha-se que os serviços deveriam acompanhar o ritmo das atividades produtivas. Quando os serviços tomam a liderança do dinamismo

das economias avançadas, as deficiências metodológicas do conceito de Produto Interno já não podem ser desprezadas. Calcular o valor da renda de todos os bens produzidos não é tarefa fácil. Para evitar duplas contagens é preciso somar apenas os valores adicionados em todas as etapas da produção. O cálculo do valor dos serviços prestados é ainda mais difícil. O preço médio de um corte de cabelo pode ser conhecido, mas qual o valor do serviço prestado por um cirurgião num hospital público? E o do trabalho de pesquisa de um professor universitário? Como comparar os valores de serviços tão diferentes, daqueles que não são “commodities”, que não têm preços de mercado claramente estabelecidos? O serviço de um cirurgião mal treinado não é o mesmo que o de um grande especialista. Como avaliar as atividades de pesquisa, em campos tão diferentes, por pessoas de competências tão distintas? O conceito de produto interno se torna muito mais ambíguo, mais difícil de ser definido e estimado, quando não se trata de medir o valor dos bens produzidos, mas sim o dos serviços prestados numa sociedade sofisticada contemporânea. Simon Kuznets tinha plena consciência das dificuldades metodológicas a serem enfrentadas na construção de um indicador da renda nacional, assim como das limitações decorrentes das simplificações assumidas.

O que deve ser incluído no PIB? Embora Kuznets pretendesse que só os “bens” devessem ser incluídos, também alguns “males” foram desde o início incluídos, dada sua importância na produção industrial, como as armas. Kuznets achava que a publicidade não deveria ser incluída, pois não a considerava nem um produto, nem um serviço. Por que não incluir a produção de drogas, que, tristemente, movimentam somas importantes em toda parte do mundo? O Reino Unido acaba de modificar o cálculo de seu PIB para incluir os serviços de prostituição, da chamada “indústria do

sexo”, o que fez sua renda aumentar em alguns pontos de porcentagem.

O PIB é uma entidade abstrata, uma soma de valores arbitrariamente definidos, originalmente com o objetivo de acompanhar a recuperação da atividade econômica, à época, essencialmente industrial. Como um mero indicador da produção, não tinha a pretensão de ser um indicador de bem-estar, pois não entra em juízo de valores morais. Soma “bens” com “males”, não leva em conta a depreciação do capital utilizado na produção, nem o uso de recursos não renováveis, assim como também não leva em conta a poluição produzida, ou qualquer outro aspecto negativo não precificável – as chamadas externalidades – do processo de produção. Ocorre que seu sucesso, sua capacidade de expressar a riqueza de um país de maneira simples, num único índice quantitativo, comparável tanto ao longo dos anos, como internacionalmente, deu-lhe uma dimensão muito além da pretendida por seus idealizadores. O PIB é hoje um indicador de desempenho e de bem-estar. Quanto mais alto o PIB, mais avançado o país e – supõe-se – mais alto o bem-estar e a qualidade de vida. Sua taxa de crescimento é interpretada como indicação da velocidade do progresso do país em todos os aspectos da vida. Por isso o chamado crescimento econômico, medido pelo crescimento do PIB, tomou tal importância política.

Enquanto as economias dos países mais avançados, os da fronteira tecnológica, estavam ainda em processo de industrialização, a correlação entre PIB e bem-estar fazia sentido. Sabe-se hoje, que esta correlação deixa de ser válida a partir de um nível de renda mais baixo. Outros fatores passam então a ser tão ou mais importantes do que o aumento da renda. A correlação entre renda e bem-estar é alta enquanto as necessidades básicas não são atendidas, mas perde força à medida que a renda cresce e a escassez absoluta se reduz.

Menos crescimento, mais desigualdade

A questão central do estudo da economia sempre foi a gestão da escassez. Reduzi-la, através do aumento da produção e da renda é o objetivo primordial da atividade econômica, pois a redução da escassez de bens essenciais sempre esteve inequivocamente associada ao aumento do bem-estar. Compreende-se assim que o crescimento da produção e da renda tenha sempre sido o objetivo primordial da economia.

O estudo dos determinantes do crescimento econômico tem longa tradição e inúmeras vertentes, mas o modelo de referência, ao qual mesmo para discordar é preciso fazer menção, é o já citado modelo de Solow-Swan, também conhecido como o modelo neoclássico de crescimento. Durante muitos anos relegado a um segundo plano, diante da prevalência das questões relativas às flutuações macroeconômicas de curto prazo e, mais recentemente, da ênfase em questões microeconômicas, o modelo de Solow-Swan voltou ao debate político e acadêmico com a publicação do livro do economista francês Thomas Piketty, *Le Capital au XXI Siècle*. Originalmente publicado em 2013, sua tradução para o inglês, no início de 2014, suscitou um debate intenso, que o levou à lista dos livros mais vendidos no mundo.

O texto não tem nada do estilo árido adotado pela grande maioria dos trabalhos acadêmicos. Ao contrário, é bem escrito, erudito, com referências literárias e sem fórmulas matemáticas mistificadoras. Ainda assim, um livro acadêmico, de quase seiscentas páginas, dificilmente se transforma num sucesso de vendas. A única explicação possível é que Piketty, ao argumentar que a economia capitalista contemporânea – ou de mercado, para usar um termo menos ideologicamente carregado – promove

a concentração da renda e da riqueza, tenha tocado um nervo exposto.

Piketty parte de uma extensa pesquisa empírica. Em colaboração com outros economistas, entre eles Emmanuel Saez e Anthony Atkinson, das universidades de Berkeley e Oxford, respectivamente, por mais de uma década coletaram e ordenaram dados, que cobrem vários séculos, até os dias de hoje, relativos aos Estados Unidos, ao Japão e a vários países da Europa. Concluem que, nas últimas décadas, em todos eles, houve concentração da renda e da riqueza nas mãos dos extremamente ricos – mais especificamente, nas mãos dos que estão entre os 1% mais ricos, assim como nas dos 0,1% mais ricos e, sobretudo, nas dos 0,01% mais ricos. Mostram que é uma tendência generalizada nas economias capitalistas e sustentam que, deixada correr seu curso, nos levará de volta ao padrão de distribuição da riqueza e à estratificação social do século XIX. Nas últimas três ou quatro décadas, o processo de desconcentração da riqueza observado desde o início do século XX, sobretudo depois da Guerra de 1914, foi interrompido. Para Piketty, sem políticas especificamente voltadas para reverter o processo de reconcentração da riqueza, o ideal democrático das sociedades modernas estará ameaçado. Corremos o risco de voltar a sociedades elitistas e plutocráticas da Belle – só para os mais afortunados – Époque.

A força do trabalho de Piketty advém do fato de que, além de coletar e organizar a evidência empírica, ele apresenta ainda um arcabouço intelectual, simples e elegante, para explicá-la. Os fundamentos deste arcabouço intelectual remontam ao modelo neoclássico de crescimento. O ponto central do seu argumento é que, se a taxa líquida de retorno do capital for superior à taxa de crescimento da economia, haverá um aumento da relação entre a riqueza – ou o capital – e a renda. Como a taxa de retorno líquido do capital é superior à taxa de

crescimento de longo prazo da renda, as economias de mercado têm uma tendência a acumular riqueza, a ter uma relação entre o estoque de riqueza e a renda cada vez mais alta. Como a riqueza é concentrada, a renda do capital é mais concentrada do que a renda do trabalho, portanto, o aumento da relação capital/renda implica o aumento da desigualdade. Tendência que só é interrompida em períodos excepcionais, turbulentos, como durante as grandes guerras ou as grandes recessões.

Dito de outra forma, se a taxa de retorno líquida do capital, r , excede a taxa de crescimento, g , a relação entre o capital, K , e a renda, Y , ou seja, K/Y , irá aumentar ao longo do tempo. A relação entre capital e renda irá aumentar, a mesma renda será produzida com mais capital. Como o capital é muito mais concentrado do que o trabalho, quanto maior for o estoque de capital em relação à renda, maior será concentração da renda e da riqueza.

Piketty usa os termos capital e riqueza como equivalentes. A teoria do crescimento adota uma definição mais restrita de capital – apenas bens que fazem parte do processo produtivo, o que exclui coisas como obras de arte, joias, propriedades residenciais, entre outras, que são certamente riqueza. Numa análise de longo prazo, a distinção não chega a ser relevante e pode ser desconsiderada.

Como o capital é um estoque e a renda um fluxo, a relação K/Y tem a dimensão tempo, como por exemplo, um determinado número de anos. Os dados mostram que na França e na Inglaterra, nos séculos XVIII e XIX, a relação K/Y era de aproximadamente sete anos, ou seja, a riqueza do país era equivalente a sete anos de renda. Com as duas Grandes Guerras e a Depressão dos anos 1930, essa relação caiu significativamente, tendo chegado a três anos na França e a 2,5 anos na Inglaterra. Nos Estados Unidos, a riqueza nunca foi superior a

cinco anos de renda, valor que atingiu na primeira década do século XX. Logo depois da Segunda Guerra, o estoque de riqueza nos EUA se reduziu para o equivalente a quatro anos de renda. A partir de então, especialmente nas últimas três décadas do século XX, a relação entre riqueza e renda voltou a aumentar. Chegou a 4,5 anos de renda, numa trajetória que, se não for interrompida, a levará a seis anos de renda, o equivalente aos níveis do século XIX europeu, antes do final do século XXI. O mesmo processo se observa nos demais países desenvolvidos. Na França, em 2010, a riqueza voltou a ser equivalente a seis anos de renda e na Inglaterra chegou a cinco anos de renda.

A substituição do trabalho pelo capital

O modelo neoclássico de crescimento, utilizado pelos economistas há mais de seis décadas, sustenta que se os fatores de produção, capital e trabalho têm rendimentos decrescentes – ou seja, a produtividade cai à medida que são usados mais intensamente – existe uma relação K/Y de equilíbrio de longo prazo, ou de *steady-state*. A lógica do modelo leva a uma relação K/Y de equilíbrio que se perpetua. Esta relação de equilíbrio é dada pela relação entre a taxa de poupança, s , e a taxa de crescimento, g , ou seja: $K/Y = s/g$. Se, por exemplo, a economia cresce a 4% ao ano, poupa e investe liquidamente 15% da renda, ou seja, além do necessário para repor a depreciação do estoque de capital que não é inferior a 10% ao ano nas economias avançadas, a relação K/Y ficará estável se for igual a $15/4 = 3,75$, nível próximo aos observados na Europa na metade do século XX.

Suponhamos, como faz Piketty, que o crescimento de 4% ao ano tenha sido um

episódio extraordinário na história da humanidade. Especialmente na segunda metade do século passado, quando o crescimento demográfico atingiu o seu auge, foi possível crescer a taxas que não poderão mais ser mantidas. Daqui para frente, com o crescimento demográfico próximo de zero, ainda que não se subscreva o pessimismo tecnológico de Robert G. Gordon, a taxa de crescimento não deverá ser superior a 2% ao ano. Neste caso, a relação K/Y de equilíbrio aumenta para $15/2$, ou seja, o equivalente a sete anos de renda – perto do nível ao qual Piketty estima que deva chegar até o final do deste século.

Piketty mostra que ao longo da história, a taxa de retorno “pura” do capital, ou seja a taxa depois de descontada a inflação, os impostos e todos tipos de encargos, sempre esteve entre 4% e 5% ao ano. Segundo a teoria, os fatores de produção têm retornos decrescentes, logo a taxa de retorno do capital deveria cair à medida que se poupa, investe e o capital se torna mais abundante. Por várias razões, principalmente devido ao progresso tecnológico incorporado ao capital, sua produtividade tem caído pouco. Piketty supõe que possa continuar a cair, mas menos do que proporcionalmente ao aumento do estoque de capital – em termos técnicos, que a elasticidade de substituição do trabalho pelo capital seja superior a 1. Quando se multiplica a taxa de retorno do capital, r , pela relação capital/produto, encontra-se a parcela da renda que vai para o capital, ou seja, $r.K/Y$. Se a taxa de retorno do capital vier a cair para digamos 4,5% ao ano, como admite Piketty, mas a relação K/Y subir para 7, a fração da renda que é destinada ao capital sobe significativamente. Mais precisamente, de acordo com os nossos números, de $5\% \times 3,75 = 18,75\%$, para $4,5\% \times 7 = 31,5\%$ da renda.

O que acontece com a parcela do capital na renda quando aumenta proporção do capital – ou seja, quando a produção fica

mais intensiva no uso do capital – é uma questão muito estudada e debatida, mas sem que se tenha chegado a conclusões claras. O fato é que, nas últimas décadas, para a economia americana – o paradigma da fronteira tecnológica – a elasticidade de substituição entre os fatores capital e trabalho têm sido mais alta do que se poderia esperar. A parcela da renda apropriada pelo capital tem crescido em relação à parcela do trabalho. O ponto fundamental da contribuição de Piketty para o tema, tão antigo como importante, é que enquanto a taxa de retorno do capital for superior à taxa de crescimento, a parcela do capital na renda irá aumentar.

A desigualdade da distribuição da renda entre os fatores, entre o capital e o trabalho, pode não ser tão relevante como a da distribuição da renda pessoal, mas se o retorno do capital for mais alto do que o crescimento da economia a renda dos que tem capital aumentará mais do que a renda dos que vivem do trabalho. Como o capital é mais concentrado do que o trabalho, o aumento da parcela da renda atribuída ao capital implica, necessariamente, o aumento da concentração da renda pessoal.

O segundo ponto para o qual Piketty chama a atenção – ainda mais importante do que o primeiro, para a sociedade que se delinea – é que numa economia sem crescimento, o capital, ou a riqueza acumulada no passado, é o principal determinante da renda no presente. Sem crescimento, assim como o que ocorria até a segunda década do século XX, os que na largada têm capital apropriam-se de quase toda a renda, tornando altamente improvável que se possa acumular capital a partir da renda apenas do trabalho. Impossibilidade que o sombrio realismo do personagem Vautrin, de Honoré de Balzac, em *O Pai Goriot* – a quem Piketty recorre para ilustrar o ponto – cruelmente demonstra para o jovem, nobre e sem fortuna,

Eugène de Rastignac. À época, era impossível imaginar que o sucesso financeiro e social pudesse advir dos estudos, do talento e do esforço. Nem a mais brilhante carreira poderia competir com a opção de um bom casamento. Para se tornar rico, não havia caminho alternativo: só o casamento com uma herdeira. Uma sociedade desigual, mas na qual há grande mobilidade econômica e social, pode ser tolerável. Já uma sociedade desigual, onde não há risco de perder a fortuna herdada, nem esperança de enriquecer, é seguramente incompatível com a democracia.

Velhas e novas fortunas

A tese de Piketty é incontestável: a concentração da riqueza no mundo se reduziu no meio do século XX, mas voltou a aumentar das últimas três décadas. Pode-se discutir suas opções para a homogeneização e a comparação dos dados entre países diferentes e épocas distintas, mas seu metuciloso trabalho de compilação e de divulgação dos dados, apenas confirma o que é visível a olho nu. O apelo de seu argumento, como quase sempre ocorre, não advém da qualidade da evidência empírica apresentada, mas sobretudo do fato de que para explicá-la, Piketty utiliza um modelo simples, elegante e de longa tradição acadêmica. Como ele próprio afirma, “os economistas gostam de histórias simples, mesmo quando são apenas aproximadamente corretas”.

Piketty não é nenhum radical, ao contrário, faz questão de dizer-se de uma geração vacinada contra “uma retórica anticapitalista convencional e preguiçosa”. Explicita suas dúvidas em relação a todo determinismo econômico, às tendências inabaláveis, sejam elas apocalípticas ou de que tudo acabará no melhor dos mundos. Marx se equivocou ao prever que o capitalismo seria derrotado

pelas suas inexoráveis contradições internas e Simon Kuznets errou ao prever que a distribuição de renda e riqueza no mundo caminhava para uma melhora contínua e irreversível. Apesar da reconhecida dificuldade de fazer previsões, continuamos a fazê-las. Continuamos porque independentemente de virem ou não a ser confirmadas, as previsões contribuem para nossa interpretação do presente, o que inexoravelmente afeta o futuro.

Nem toda a recente concentração de riqueza pode ser explicada pelo argumento de que a taxa de retorno do capital é superior à taxa de crescimento da economia. Piketty dedica muitas páginas a tentar compreender as razões – ou as racionalizações – para os supersalários de executivos. Várias outras explicações para a nova concentração de renda e riqueza poderiam ser elencadas, como a competição com o trabalho em países mais pobres num mundo globalizado; o enfraquecimento dos sindicatos e das negociações coletivas; as mudanças tecnológicas que polarizam o mercado de trabalho entre os muito qualificados e os sem qualificações, eliminando as oportunidades para quem está entre os extremos. Há explicações para todos os gostos, mas nenhuma delas tem a força e a abrangência da tese de Piketty: se o retorno do capital é superior à taxa de crescimento econômico, a renda se concentra. Não há como escapar à lógica do argumento, mas a conclusão mais perturbadora da tese de Piketty é também a mais questionável: a de que, além da concentração da renda, se o retorno do capital é superior à taxa de crescimento desaparece a possibilidade de novas fortunas. Estaríamos assim fadados a voltar às sociedades estáticas e estratificadas, baseadas na herança e incompatíveis com a democracia.

Na democracia contemporânea, a desigualdade precisa ser vista como o resultado da meritocracia, sem a qual a economia

perderia dinamismo e todos seriam prejudicados. A desigualdade pode conviver com a democracia, quando percebida como fruto do mérito e do trabalho, mas não como fruto do privilégio e do parentesco. Para serem democraticamente toleradas, as desigualdades precisam ser interpretadas como funcionais, não de todo injustas. É preciso ainda acreditar que todos melhoram, provavelmente em ritmos diferentes, mas que o futuro projeta melhor qualidade de vida para todos.

Se a taxa de retorno do capital é superior à taxa de crescimento econômico, a renda irá necessariamente se concentrar, mas para que esta concentração se dê exclusivamente na mão dos que já tem capital, é preciso que, além de superior à taxa de crescimento, seu retorno seja também estável. Esta era efetivamente a condição do retorno do capital até o século XIX, essencialmente investido em imóveis e títulos públicos, cujas taxas de retorno eram similares e altamente estáveis, próximas de 5% ao ano, como mostram os dados e as referências da literatura elencadas por Piketty. No mundo contemporâneo, o retorno do capital pode não ter caído substancialmente, mas se tornou muito mais volátil. A taxa média continua alta, mas há muito mais dispersão em torno da média. Os riscos e as oportunidades do capitalismo contemporâneo permitem tanto destruir uma grande fortuna, como fazer uma grande fortuna a partir de quase nada.

Até o século XIX, o mundo era dos *rentiers*, já o capitalismo financeiro contemporâneo – como sustenta há tempos um sofisticado economista amigo meu – é feito para transferir o dinheiro dos *rentiers* para os empreendedores. Se esses empreendedores são efetivamente criadores de riquezas, ou meramente agentes da transferência de riqueza, dos velhos ricos para os novos ricos, é outra questão. De toda forma, no mundo onde a taxa de retorno do capital é

superior à taxa de crescimento, a possibilidade de se fazer fortuna – ainda que só às custas das velhas fortunas – contribui para que a desigualdade seja mais tolerável.

O Estado agente de interesses próprios

A proposta de Piketty para reverter a nova tendência de concentração mundial da renda é pouco imaginativa: mais impostos. Propõe que a taxa marginal de imposto sobre a renda seja elevada para níveis de até 80% e que, simultaneamente, seja criado um imposto mundial sobre a riqueza. Neste ponto, não foge à regra: cede à tentação acadêmica de propor uma solução conceitual, a ser implementada por um agente racional e isento. Esquece-se que o Estado da realidade de hoje nada tem de isento e racional, mas ao contrário, tem interesses próprios, patrimonialistas, que desvirtuam e inviabilizam as propostas que dependam de sua intervenção. Ele próprio reconhece a baixíssima probabilidade de que alguma coisa na linha do que propõe venha a ser implementada. Num mundo interligado pela globalização, impostos sobre a renda e a riqueza, significativamente mais altos do que a média mundial, levam à fuga de capitais em busca de condições mais favoráveis.

Piketty afirma que, embora não exista um limite teórico para a proporção da renda intermediada pelo Estado, o limite do tolerável, na prática, parece já ter sido atingido. A grande expansão do Estado, quando a carga tributária nos países mais avançados saltou de menos de 10% para mais de 40% da renda nacional, já ocorreu no século XX, no período das cinco décadas que se seguiram à Depressão dos anos 1930. Hoje, um segundo salto é altamente improvável. Nos países mais avançados, o Estado já atingiu o tamanho máximo compatível

com a atual capacidade de sua gestão. É uma forma de reconhecer que os impostos não são a solução. Alternativa mais fecunda seria voltar a examinar a viabilidade de reduzir a concentração e de democratizar a propriedade do capital. Não é claro que a governança de grandes corporações com o capital democraticamente pulverizado seja menos problemática do que a das empresas estatais, mas o tema merece atenção.

Termina-se a leitura do livro de Piketty com a inevitável impressão de que, sob um olhar distante, de mais longo prazo, o século XX, com todas as suas crises e tragédias, pode ter sido uma feliz exceção na história da humanidade. O crescimento tirou grande parte da população mundial da miséria onde sempre esteve e, com a ajuda das guerras e das crises, reduziu a distância entre o povo e os donos do poder e da riqueza. Ao contrário do que sustentava Marx, o capitalismo não levou à concentração de riqueza que terminaria por destruí-lo, mas sim a um crescimento acelerado da produção, à redução da escassez, à desconcentração da riqueza e à criação de oportunidades, sem o que a democracia não teria sido possível.

Em *The Spirit Level*, publicado em 2012, Wilkinson e Pickett, dois médicos infectologistas ingleses, sustentam com base em dados, tanto internacionais quanto para os estados americanos, que todos os indicadores de saúde, física e emocional, assim como a expectativa de vida, a avaliação subjetiva de bem-estar, os menores índices de criminalidade, de delinquência juvenil, entre muitos outros, estão negativamente correlacionados com a desigualdade da renda e da riqueza. A desigualdade, ainda que com todos acima da linha de pobreza, é detratadora do bem-estar, da saúde e da qualidade de vida. Uma conclusão que não chega a ser nova. Sempre se soube que a desigualdade excessiva é corrosiva, reduz a coesão social e inviabiliza a democracia. O tema

andava relativamente esquecido, depois do fracasso das experiências socialistas e com o otimismo provocado pelo rápido crescimento econômico mundial. A crise financeira de 2008 e a nova concentração da renda e da riqueza nos países avançados mudou o quadro.

A tecnologia para o bem e para o mal

Há sinais claros de que o crescimento econômico não será mais o mesmo daqui para frente. Bastaria o componente demográfico para inviabilizar a manutenção das taxas de crescimento observadas durante o século passado. Menos crescimento populacional significa menor crescimento econômico. Duas dimensões adicionais devem ser levadas em consideração. A primeira é a dos limites físicos do planeta. Para continuar a crescer, será preciso mudar a composição do que se produz, para menos bens materiais e mais serviços, saúde, educação e entretenimento. A segunda é a da saturação que decorre do aumento da produtividade na fabricação de bens materiais.

No século passado, a proporção dos empregados na agricultura caiu radicalmente. Nos EUA, por exemplo, de mais de um $\frac{1}{3}$ para menos de 2% da população. O ganho de produtividade na agricultura reduziu a oferta de empregos no campo e provocou um movimento de urbanização acelerada. Grandes contingentes de trabalhadores foram absorvidos pelas cidades, onde estavam os novos empregos, na indústria e nos serviços. O mesmo processo, observado na agricultura durante o século XX, está agora em curso na indústria. A revolução da informática tem reduzido o emprego industrial em toda parte. A perda de empregos industriais tem sido recorrentemente interpretada sob um viés nacionalista

autárquico, como fruto da globalização e da concorrência internacional, mas é um processo inevitável, associado ao avanço tecnológico. Até mesmo na China, o país campeão da competitividade internacional, o emprego industrial tem caído nas últimas três décadas. Novas tecnologias, o uso da informática e da robótica aumentam a produtividade e reduzem o emprego na indústria.

No século passado, as tensões criadas pelo rápido processo de mecanização da agricultura foram amenizadas pelo crescimento industrial. Hoje, não há nenhum setor em crescimento acelerado, capaz de compensar a redução do emprego industrial. Também no comércio está em curso uma verdadeira revolução, provocada pela informática e pela internet. Seu impacto sobre a criação de empregos pode ser tão ou mais dramático do que na indústria. Mesmo o setor de serviços, em tese o único passível de crescer e absorver mão de obra, não está ao abrigo da revolução tecnológica. O impacto da internet na mídia, na música, no cinema, assim como no setor editorial, já é dramático. Em breve, a educação e os transportes serão igualmente transformados. A tecnologia contemporânea é desorganizadora porque torna abundante, disponível a preço praticamente nulo, a comunicação, a música, o entretenimento e até mesmo a educação. O resultado sobre o produto interno e o crescimento da renda, convencionalmente medidos, é negativo, mas com certeza não sobre a qualidade de vida.

O desafio da escassez relativa

A escassez sempre foi a questão central da economia. Como maximizar a oferta de bens, com a utilização de fatores escassos para suprir necessidades e desejos muito superiores à capacidade de produção?

A Revolução Industrial, ao transformar tanto a forma de produzir como a forma de viver e de consumir, significou um salto extraordinário. Teve repercussões igualmente revolucionárias na produção e no consumo. A economia capitalista do século XX sempre foi propensa às crises de desequilíbrio, associadas à insuficiência da demanda, mas o remédio keynesiano, desenvolvido depois da Depressão dos anos 1930, foi suficiente para garantir o crescimento sustentado até o início deste século XXI. O Estado como investidor, consumidor, assistencialista, transferidor de renda e empregador de última instância, esteve sempre a postos para intervir, tanto diante da insuficiência da demanda, quanto dos excessos de passivos depois da euforia. O preço deste papel estabilizador foi o crescimento secular de sua participação na economia e da dívida pública.

Parecemos ter chegado a um ponto de inflexão. O desafio econômico clássico, o de produzir o máximo com o mínimo de recursos e, subsidiariamente, garantir que todos tenham acesso à sua justa fatia do produzido, parece ter tomado novos contornos. Produzir o necessário está a caminho de deixar de ser um problema, mas a questão subsidiária, a de garantir que todos tenham acesso ao produzido, se tornou a questão central do mundo contemporâneo. Não há razão para crer que seus desafios sejam menos

complexos do que o da escassez absoluta. Num certo sentido, antes estávamos todos no mesmo barco, agora com abundância e menos perspectiva de melhora, a desigualdade fica menos tolerável. Compreende-se o impacto causado pela tese de Piketty. Uma das dimensões mais perturbadoras desta nova realidade é a perspectiva de congelar, ou mesmo de agravar, a desigualdade da renda e da riqueza entre países. O progresso tecnológico continua a aumentar a produtividade do capital, impedindo a queda da sua taxa de retorno, mas não é mais capaz de sustentar a demanda e o emprego. O resultado é menos crescimento e seu corolário, elegantemente demonstrado por Piketty, é a concentração da renda e da riqueza.

A era da escassez, ao menos como a conhecemos, pode ter chegado ao fim. Passamos da era da escassez absoluta para a da escassez relativa. Os problemas econômicos continuam, mas tomam novos contornos. Para compreender e enfrentar os desafios desta nova realidade, o primeiro passo é rever o arcabouço conceitual e a métrica desenvolvidos para outros tempos e outra realidade. Conceitos e métricas que já cumpriram sua função, mas que hoje são anacrônicos dificultam a compreensão do presente e distorcem nossa capacidade de formulação para o futuro.

Outubro de 2014

